

2. PROCESSO DISCIPLINAR INSTAURADO A JOAQUIM MARQUES RODRIGUES MOTA, ASSISTENTE OPERACIONAL A EXERCER FUNÇÕES NA POLÍCIA MUNICIPAL:

Submete-se à consideração do Executivo o processo disciplinar instaurado a Joaquim Marques Rodrigues Mota, assistente operacional a exercer funções na Polícia Municipal, em que o instrutor do processo, no seu relatório final, propõe, a aplicação da pena de multa na quantia de 50,00 euros (cinquenta euros), nos termos das alíneas c) e d) do artigo 185º. da LGTFP.

A referida deliberação deverá ser tomada por escrutínio secreto, atendendo à matéria em apreciação (artº 55º do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro).



Direção Municipal de Gestão Administrativa

Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso

Ams de Excmo.

16.02.25

AUTOS DE PROCESSO DISCIPLINAR

ARGUIDO Jaquim Yota

Assistente Operacional - Polícia Municipal

INSTRUTOR Manuel Antunes



BRAGA
Município

Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso

41
7-6

RELATÓRIO FINAL

1. INTRODUÇÃO

Por despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga, de dez de novembro de dois mil e quinze, foi mandado instaurar processo disciplinar contra **Joaquim Marques Rodrigues Mota – assistente operacional, a exercer funções na Policia Municipal**, tendo eu, Manuel Antunes, técnico superior jurista desta Câmara Municipal, sido nomeado instrutor, conforme despacho da mesma data.

O presente processo disciplinar foi instaurado com base nas informações prestadas pelo Agente Luís Pereira a pedido do Coordenador Paulo Barroso, datadas de 2 de outubro de 2015, constante a fls. 3 do presente processo disciplinar.

2. INSTRUÇÃO

Em 2 de novembro 2015, dei por iniciada a instrução do processo, (fls. 4 a 16):

Com efeito foram tomadas todas diligências, junto da Policia Municipal, com vista a esclarecer a verdade fazendo juntar aos autos os elementos constantes do registo pessoal do arguido, tendo sido apresentada prova documental constantes das (fls. 1 a 3 e 17 a 20).

Concluída a instrução, e de harmonia com o disposto com o nº 2 e 3 do artigo 213º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, adiante designada por LGTFP, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, foi deduzida contra o arguido a seguinte acusação:

3. ACUSAÇÃO

Feita a investigação documental dos factos, nos termos do nº 2 do artigo 213º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP) foi por mim deduzida a

**BRAGA**
MunicípioDireção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso

seguinte acusação contra o arguido, por se ter apurado fundamento e condições legais passíveis de censura disciplinar.

Assim, dando cumprimento ao estipulado no nº 1 do artigo 214º do referido diploma legal, foi notificado pessoalmente o arguido da acusação (fls. 20 a 23), nos termos e fundamentos que agora se transcrevem:

“1º

O arguido, Joaquim Marques Rodrigues Mota, assistente operacional, exerce funções nesta Câmara Municipal, na Polícia Municipal.

2º

Como o trabalhador que exerce funções públicas está sujeito ao cumprimento de determinados deveres gerais, nomeadamente o dever geral de correção,

3º

“...que consiste em tratar com respeito os utentes dos órgãos ou serviços...”
(cfr. artigo 73º nº 2 alínea h) e 10 da LGTFP.

4º

No dia 2 de outubro, de 2015, pelas 11.30h, deslocou-se à Esquadra da Polícia Municipal, o Sr. Hélder Manuel Rodrigues para reclamar de uma coima que lhe tinha sido aplicada por aquela Polícia Municipal,

5º

O utente, Sr. Hélder Rodrigues estava indignado e como o próprio diz, *“até um pouco malcriado”*, para reclamar de uma coima que lhe tinha sido aplicada, quando o arguido se virou para ele e lhe disse, *“parece um peixeiro”*.



BRAGA
Município

Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso

43
F.k

6º

Por volta das 14.00h o Sr. Hélder Manuel Rodrigues deslocou-se de novo à esquadra para fazer queixa do arguido Joaquim Mota, tendo-lhe sido comunicado pelo Coordenador Paulo Barroso, que o assunto iria ser encaminhado para as instâncias superiores.

7º

Acresce que e segundo as informações prestadas pelo Coordenador Barroso, quando o Sr. Hélder Rodrigues se dirigia para a sua viatura encontrou o arguido Joaquim Mota e disse-lhe que os agentes deveriam também multar os outros carros que estavam perto do dele, ao que o Sr. Joaquim Mota lhe respondeu que chamasse a polícia.

8º

Acresce ainda que e conforme consta da participação, já fora das instalações, o Sr. Hélder Rodrigues e o arguido Joaquim Mota entraram num diálogo pouco amistoso o que levou à intervenção do Agente Miguel Araújo para por termo ao mesmo.

9º

Dos factos descritos e após ouvidas todas as partes constata-se o seguinte:

10º

Que o utente/queixoso Sr. Hélder Rodrigues desmente tudo o que é dito na participação, dizendo mesmo que o arguido Joaquim Mota apenas lhe disse para falar mais baixo e que até está perplexo porque motivo o caso foi participado.

11º

Contudo, foram provados os seguintes factos:



12º

Que, no dia 2 de outubro de 2015, pelas 11.30h entrou na esquadra o Sr. Hélder Rodrigues muito exaltado para reclamar de uma coima que lhe tinha sido aplicada, tendo o arguido Joaquim Mota dito *"para moderar a voz porque ali não era nenhuma peixaria"*.

13º

Que, por volta das 12.35h e quando o arguido Joaquim Mota ia almoçar encontrou novamente o Sr. Hélder e este virou-se para o arguido e disse "aqueles carros que estão ali é que eles/agentes deviam multar, tendo o arguido Joaquim Mota, respondido "chame a polícia".

14º

Por volta das 14.00h e novamente dentro da Esquadra o Sr. Hélder Rodrigues virou-se para o arguido Joaquim Mota e disse *"foi este que me chamou peixeiro"* tendo este último retorquido *"que não lhe tinha chamado nada e que até não estava só naquele local, naquele dia e àquela hora"*.

15º

Já no exterior da esquadra o arguido Joaquim Mota mandou o Sr. Hélder Rodrigues, dar uma volta pelo facto deste continuar a insistir que lhe tinha chamado peixeiro. e,

16º

começaram a dizer uma para o outro , não tens educação nenhuma ao que o outro retorquia quem não tem educação és tu, começando cada um deles a aproximar-se mais do outro. O que levou, para que não passassem a vias de facto,



BRAGA
Município

Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso

45
7

17º

à intervenção do agente José Miguel Gonçalves Araújo, que disse ao Sr. Hélder Rodrigues *“Se já resolveu o que tinha para resolver...O Sr. Hélder entendeu e foi-se embora”*.

Ao praticar tais factos constante na presente acusação, o arguido violou os deveres gerais prescritos no artigo 73º, nº 2 alínea a) e nº 3 (dever de prossecução do interesse público), artigo 73º nº 2 alínea h) e nº 10 (dever de correção), todos da LGTFP., a que está legalmente vinculado, de modo intencional e voluntário, bem sabendo que a sua conduta era contrária à lei.

A conduta do arguido é gravemente lesiva do prestígio e da dignidade da função que desempenha, na medida em que faz perigar o princípio da confiança que deve nortear a relação entre a administração e os administrados.

Com tal conduta, cometeu o arguido a infração prevista na alínea c) do artigo 185º da LGCT., aí punida com pena de multa por facto imputável ao trabalhador.

Contra o arguido não militam quaisquer circunstâncias agravantes.

O arguido beneficia da seguintes circunstâncias dirimentes e atenuantes da responsabilidade disciplinar:

- a) A prestação de mais de 10 anos de serviço com exemplar comportamento e zelo, prevista no artigo 190º nº 2 alínea a) da LGTFP;
- b) A confissão espontânea da infração, prevista no artigo 190º nº 2 alínea b) da LGTFP;
- c) O utente/queixoso, Sr. Hélder Rodrigues ter desmentido todas as informações prestadas na participação de serviço, com a referência PM/72.GT/2015 – I/158/PM/2015.



BRAGA
Município

Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso

Prova documental a (fls. 3, 21 a 22, 27 a 28 e 25 a 26).

Para apresentação da defesa escrita e de harmonia com o princípio definido no nº 1 do artigo 214º da LGTFP., fixo o prazo de 10 dias, a contar da data da receção da presente acusação.

Durante o prazo acima referido, o arguido poderá consultar o processo na Divisão de Serviços Jurídicos e Contencioso desta Câmara Municipal, em horário de expediente, podendo entregar em sua defesa quaisquer documentos que repute necessários, nos termos do disposto no artigo 216º da LGTFP.”

4. DEFESA

No cumprimento do prazo fixado para o efeito, o arguido nada disse.

5. FACTOS PROVADOS E NÃO PROVADOS

- a) Dos dados constantes do processo pessoal verifica-se que o arguido nascido em 15-10-1960, filho de António Joaquim Rodrigues Mota e Custódia Marques Silva detém, atualmente, a categoria de assistente operacional.
- b) Auferir um vencimento base mensal de 683.13 € ilíquidos.
- c) Classificação de serviço:
 - Em 1996 obteve a classificação de Bom;
 - Em 1997 obteve a classificação de Regular;
 - De 2002 a 2009 obteve a classificação de Bom
 - Em 2010, 2011, 2012 e 2013 e já ao abrigo do SIADAP, aplicado às autarquias locais, obteve a classificação de Adequado.
- d) Ficou provado que o arguido no dia 2 de outubro de 2015, pelas 11.30h entrou na Esquadra da Polícia Municipal o Sr. Hélder Rodrigues, muito exaltado para reclamar de uma coima que lhe tinha sido aplicada, tendo o



BRAGA
Município

Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso

arguido Joaquim Mota dito *"para moderar a voz porque ali não era nenhuma peixaria"*.

- e) Ficou provado que, por volta das 12.35h e quando o arguido Joaquim Mota ia almoçar encontrou novamente o Sr. Hélder e este virou-se para o arguido e disse "aqueles carros que estão ali é que eles/agentes deviam multar, tendo o arguido Joaquim Mota, respondido "chame a polícia".
- f) Ficou provado ainda, que pelas 14.00h no exterior da Esquadra o arguido e o Sr. Hélder entraram num diálogo pouco amistoso e para que não passassem a vias de facto foi necessária a intervenção do agente José Miguel Gonçalves Araújo.

Deste modo o arguido violou os deveres gerais prescritos no artigo 73º, nº 2 alínea a) e nº 3 (dever de prossecução do interesse público), artigo 73º nº 2 alínea h) e nº 10 (dever de correção), todos da LGTFP., a que está legalmente vinculado, de modo intencional e voluntário, bem sabendo que a sua conduta era contrária à lei.

A conduta do arguido é gravemente lesiva do prestígio e da dignidade da função que desempenha, na medida em que faz perigar o princípio da confiança que deve nortear a relação entre a administração e os administrados.

6. MOTIVAÇÃO:

Os factos dados como provados assentam numa apreciação crítica global de toda a prova produzida no seu conjunto, nomeadamente:

- Participação feita pelo agente Luís Pereira a pedido do Coordenador Paulo Barroso, (fls. 3 e 30);
- Declarações do arguido (fls. 21 e 22);
- Declarações das testemunhas, (fls. 27 e 28).

7. DECISÃO

O arguido beneficia das seguintes circunstâncias atenuantes:



BRAGA
Município

Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso

- Dos elementos fornecidos pelo departamento dos Recursos Humanos verifica-se que contra o arguido não militam quaisquer circunstâncias agravantes, ao invés verifica-se que o arguido por deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de 9-06-1994, foi-lhe atribuída a "Medalha Municipal de Dedicação" grau cobre, em 9-06-2014, foi-lhe atribuída a "Medalha Municipal de Dedicação" grau prata, em 15-06-2015, foi-lhe atribuída a "Medalha Municipal de Dedicação" grau ouro, atribuídas que de acordo com o Regulamento de Concessão de Condecorações Municipais, que se destina a galardoar os Funcionários do Município que e no exercício do seu cargo tenham revelado comportamento exemplar e reconhecida dedicação (fls.20.1).

- Em 1996 obteve a classificação de Bom;
- Em 1997 obteve a classificação de Regular;
- De 2002 a 2009 obteve a classificação de Bom
- Em 2010, 2011, 2012 e 2013 e já ao abrigo do SIADAP, aplicado às autarquias locais, obteve a classificação de Adequado.

Militam ainda a favor do arguido, as declarações prestadas pelo munícipe/queixoso Hélder Manuel Rodrigues (fls. 25 e 26).

De facto cometeu o arguido uma infração disciplinar por violação dos deveres gerais prescritos no artigo 73º, nº 2 alínea a) e nº 3 (dever de prossecução do interesse público), artigo 73º nº 2 alínea h) e nº 10 (dever de correção), todos da LGTFP, a que está legalmente vinculado, de modo intencional e voluntário, bem sabendo que a sua conduta era contrária à lei, punível com pena de multa – alíneas c) e da alínea d) do artigo 185º da LGTFP.

Em conformidade e no caso em apreço, tendo em vista o montante da pena de multa, segundo os limites constantes do artigo 181º nº 2 da LGTFP importa ponderar todas as circunstâncias do caso concreto, designadamente o grau de ilicitude do facto da culpabilidade, o grau de violação dos deveres impostos ao arguido, as



BRAGA
Município

Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso

exigências de prevenção geral e especial, bem como a sua situação económica, propomos à Exm^a Câmara, porquanto entendemos ajustada, a aplicação da pena de multa na quantia de 50€ (cinquenta euros).

Câmara Municipal de Braga, 16 de fevereiro de 2016

O Instrutor



(Manuel Antunes)